



Projeto de Lei 733/2025 propõe a revisão da legislação de 2013 com objetivo de modernizar e desburocratizar o setor portuário, mas texto enfrenta resistência de trabalhadores

# Lei dos Portos: comissão é instalada

Grupo discutirá na Câmara projeto para revisão da legislação portuária no País; trabalhos começam em agosto

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

A comissão especial vai analisar e emitir um parecer ao Projeto de Lei (PL) 733/2025, que propõe a revisão da Lei dos Portos (12.815/2013), foi instalada ontem na Câmara dos Deputados. O plano de trabalho será apresentado apenas na sessão do Legislativo de 6 de agosto, por causa do recesso parlamentar (18 a 31 de julho).

O PL está sujeito à apreciação conclusiva dos membros da comissão. Ou seja, quando for aprovado pelo grupo pode seguir diretamente ao Senado, sem passar pelo plenário da Câmara. Só haverá votação em plenário se houver recurso apresentado por um décimo dos deputados (51 parlamentares) e aprovado na Casa.

Neste caso, aprovação do PL no Legislativo seria em único turno, pela maioria simples do plenário. Após passar pelas duas casas e ser sancionada pela Presidência da República, a matéria substituirá a lei atual de 2013.

## COMPOSIÇÃO

Murilo Galdino (Republicanos-PB) foi eleito presidente da comissão e Arthur Maia (União-BA) fi-

## Presidente

Murilo Galdino (Republicanos-PB)

## 1º vice-presidente

Daniela Reinehr (PL-SC)

## 2º vice-presidente

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

## 3º vice-presidente

Julio Lopes (PT-RJ)

## Titulares

Adriana Ventura (Novo-SP)

Ana Paula Lima (PT-SC)

Arthur Maia (União-BA)

Caroline de Toni (PL-SC)

Claudio Cajado (PP-BA)

Daniela Reinehr (PL-SC)

cou com a relatoria.

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), é um dos três vice-presidentes eleitos para o colegiado, ao lado de Daniela Reinehr (PL-SC) e Julio Lopes (PT-RJ), que também são membros da FPPA.

Assim como Barbosa, os outros dois deputados federais ligados à Baixada Santista também integram a comissão especial: Rosana Valle (PL) é uma das titulares do colegiado e Delegado Da Cunha (PP) ficou como um dos suplentes do grupo.

“Vamos ouvir, estudar e,

## NOMES INDICADOS

Gabriel Nunes (PSD - BA)

Helder Salomão (PT-ES)

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL)

Julio Lopes (PT-RJ)

Leônidas Cristino (PDT - CE)

Leur Lomanto Jr. (União-BA)

Luis Tibé (Avante - MG)

Murilo Galdino (Republicanos-PB)

Paulo A. Barbosa (PSDB-SP)

Pedro Campos (PSB-PE)

Rodrigo Gambale (Pode-SP)

Rosana Valle (PL-SP)

Tadeu Veneri (PT-PR)

## Suplentes

Augusto Coutinho (Republicanos-PE)

Beto Pereira (PSDB - MS)

Carlos Zarattini (PT - SP)

Delegado Da Cunha (PP-SP)

Dr. Victor Linhalis (Pode-ES)

Felipe Francischin (União-PR)

General Eduardo Pazuello (PL - RJ)

Gutemberg Reis (MDB - RJ)

João Carlos Bacelar (PL-BA)

Leonardo Prates (PDT - BA)

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS)

Luiz Gastão (PSD - CE)

Paulo Magalhães (PSD - BA)

Pedro Uczai (PT - SC)

Ricardo Abrão (União-RJ)

Tiã Medeiros (PP - PR)

Waldemar Oliveira (Avante - PE)

a relação do trabalho e a desburocratização do sistema”.

## A PROPOSTA

O PL 733/2025 é de autoria de Leur Lomanto Júnior (União-BA) e replica o anteprojeto da comissão de juristas constituída pela Câmara Federal em 2024, que sugeriu a nova Lei dos Portos (Cepertos).

O texto propõe licenciamento ambiental integrado dos portos públicos, dispensando licenças individualizadas para terminais portuários e de cruzeiros; livre negociação de tarifas portuárias, respeitando normas concorrenciais; e o fim da exclusividade do trabalhador portuário avulso, liberando operadores privados para contratarem trabalhadores certificados.

Outras mudanças sugeridas são a transferência de poderes da União à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), como concessão de portos privados e regulação de terminais retroportuários, prorrogação de contratos de arrendamento vigentes por até 70 anos e Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs) deliberativos.

ênfaticamente se trata de uma agenda positiva. “No sentido de, juntos, acharmos as melhores soluções para o desenvolvimento do Brasil”, lembrando que o presidente do colegiado determinará a ordem das audiências públicas após o recesso do Legislativo.

## MINISTRO

Augusto Coutinho (Republicanos-PE) propôs que a comissão convide o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, para as audiências públicas. “Ele está atento a essa questão. Nesse projeto, nós precisamos enfrentar pontos importantes como